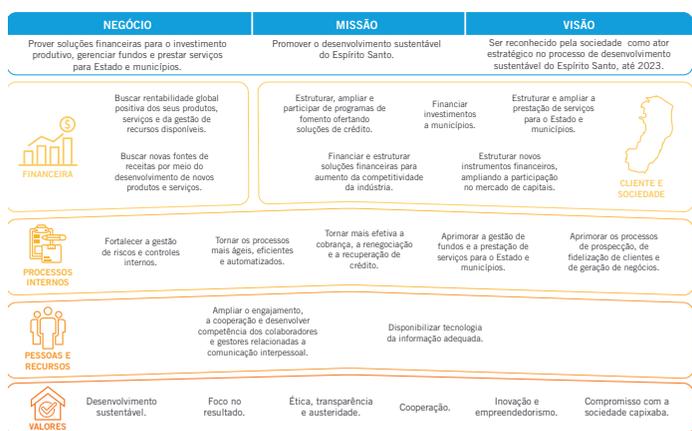


**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial, aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório de Administração referente ao exercício de 2020 – acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

1. A Empresa

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. O negócio do banco é prover soluções financeiras para o investimento produtivo, gerenciar fundos e prestar serviços para Estado e municípios. Possui a missão de promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

Mapa Estratégico 2019 / 2023

2. Finanças

O ativo total do banco alcançou R\$ 1,1 bilhão, sendo 57,9% composto de operações de crédito e 38,0% de aplicações financeiras. Percebe-se uma redução de 2,2% no total do ativo, quando comparado com dezembro de 2019. Quanto ao passivo, destaca-se a diminuição do endividamento com o BANDES, fruto da redução de novas operações de repasses com o banco federal. Por outro lado, neste ano o banco passou a operar com mais intensidade com recursos do FUNGETUR.

O BANDES possui R\$ 457,0 milhões sobre sua gestão, sendo R\$ 241,9 milhões de recursos próprios e captações e R\$ 210,3 milhões de fundos administrados, incluindo FGP e Fundo de Aval, além de R\$ 4,8 milhões aplicados em Cotas de Fundos de Investimento (Criatec e FGI). Os recursos são alocados em aplicações financeiras de títulos e valores mobiliários públicos e privados. De janeiro a dezembro, foram obtidos rendimentos de R\$ 28,9 milhões ao custo de R\$ 7,3 milhões com pagamento de remuneração dos fundos administrados e certificados de depósitos bancários, obtendo um resultado líquido de R\$ 21,6 milhões (+36,0% do previsto no Orçamento).

A inadimplência da Carteira de Crédito do BANDES caiu de 11,7%, em dezembro/2019, para 7,4%, no mesmo mês de 2020. Vale destacar o esforço do BANDES na renegociação e na recuperação de créditos. O banco encerrou 2020 com 33,6% do saldo da carteira ativa renegociado. A despesa líquida de provisão de créditos alcançou R\$ 31,4 milhões no período, valores mais baixos desde 2014, fruto da revisão da avaliação do risco de crédito de clientes realizado em dezembro de 2019, antecipando a despesa com provisões de clientes com maior probabilidade de *default* para aquele ano. Destacamos também que o crédito recuperado de prejuízo chegou a R\$ 40,6 milhões, maior valor recuperado em comparação com os últimos dois exercícios 2019 e 2018.

Além disso, deve-se esclarecer que, embora o Índice de Basileia do BANDES esteja em níveis superiores aos limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), o banco tem desenvolvido ações para captação de recursos. Nesse sentido, salienta-se a captação de recursos do Tesouro Estadual via emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no valor de R\$ 80,0 milhões e a aprovação pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de empréstimo no valor de US\$ 30,0 milhões, com expectativa de desembolsos a partir do primeiro semestre de 2021. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 269,6 milhões, aumento de 20,9% em

relação a dezembro de 2019, em função do Resultado Líquido positivo obtido no ano.

No exercício de 2020, o BANDES registrou lucro líquido de R\$ 28,3 milhões. Diversas rubricas tiveram desempenho superior ao orçado, com destaques para os ganhos com aplicações financeiras, as recuperações de crédito, despesas administrativas e principalmente a menor realização de despesa com provisões de crédito de liquidação duvidosa.

Em relação aos índices, destacamos o ROE (Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido), que alcançou 10,49% em 2020, ante -93,8% em 2019, e o Índice de Eficiência Operacional que alcançou 73,9%.

3. Clientes e Sociedade

Em 2020, o investimento total liberado alcançou R\$ 345,8 milhões – maior valor de sua história – valor 164,3% superior ao verificado em 2019, compreendendo:

- R\$ 227,0 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;
- R\$ 39,5 milhões em operações de crédito com risco de fundos;
- R\$ 79,3 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao Programa Reflorestar, FUNCITEC, Funsaf e Fundação Renova/Saneamento Prefeituras.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o ano totalizando R\$ 778,7 milhões. Vale frisar que as diretrizes para a diversificação dessa carteira vêm dando resultados positivos: por exemplo, apenas 1,1% do montante de créditos liberados em 2020 foi para a atividade agrícola (que representa cerca de 70% da Carteira de Crédito do banco) e, portanto, 99,4% desse montante foi para setores como comércio, serviços, indústria e administração pública. Outra mudança importante de diretriz está relacionada ao *ticket* médio das operações de crédito. O *ticket* médio das operações de crédito do BANDES, inferiores a R\$ 200 mil até 2019, passou a ser de R\$ 1,0 milhão neste ano.

Destaca-se a criação pelo governo estadual de dois fundos sob a gestão do BANDES. O primeiro foi o Fundo Reconstrução ES, com aporte de R\$ 15,0 milhões, cujo objetivo é oferecer crédito para microempreendedores e empresas de micro, pequeno e médio portes economicamente atingidos por fortes chuvas ocorridas no início deste ano. O segundo fundo criado foi o Fundo de Aval BANDES, com aporte de R\$ 20,0 milhões, cuja finalidade é garantir o risco de crédito das operações do BANDES e de instituições financeiras habilitadas, para empréstimos a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, autônomos, cooperativas de agricultura familiar capixaba, sindicato de agricultores familiares e associações de pequenos agricultores familiares, associações e colônias de pescadores, marisqueiros e assemelhados, assim como associações de pescadores profissionais artesanais e aqüicultores.

No contexto das atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável do Estado, previsto no Plano Estratégico de 2020, no Programa Reflorestar foram liberados recursos que totalizaram R\$ 11,2 milhões, referentes a 2.200 parcelas de contratos de prestação de serviços ambientais, que tem como objetivo promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos.

É importante apontar o apoio do BANDES às empresas afetadas pela crise sanitária, econômica e social causada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). O atendimento às empresas começou em abril e ao longo do ano foram liberados R\$ 107,6 milhões.

Na gestão da carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIPs), no 1º semestre de 2020, o BANDES se tornou cotista do FIP Anjo. Trata-se de um fundo de investimento do BANDES dedicado às *startups*. O foco do FIP Anjo são companhias dos setores de agronegócios, biotecnologia, cidades inteligentes, economia criativa, saúde e tecnologia da informação e comunicação (TIC). Desse modo, a carteira de FIPs do banco representa um valor comprometido de R\$ 30,0 milhões, com a participação do BANDES no FIP Criatec3 e do FUNDES nos FIPs Primatec, FIP *Seed4Science* e no FIP Anjo.

Formalizou-se, nesse 1º semestre 2020, compromisso de investimento de R\$ 5,0 milhões em mais um fundo *Seed Capital*, o FIP Anjo. Na base do apoio à cultura da inovação, tem-se o Epicentro, que permanece como um *hub* de conexões. O espaço cria um ambiente propício para reuniões criativas e o desenvolvimento de atividades com foco, principalmente, na disseminação de inovação e novas soluções. No início do ano foi lançado o site específico do *hub* (<https://epicentro.es.gov.br/>), que aproxima o espaço do público em geral e divulga suas ações.

No que tange a concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), o BANDES está atuando com o Governo Estadual em três projetos:

i) PPP Usina Solar Fotovoltaica, cujo escopo do projeto é desenvolver estudos e modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a contratação de Parceria Público-Privada para implantação, operação e manutenção de Usina Solar Fotovoltaica; além de auxiliar a Administração Pública



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

Demonstrações contábeis individuais do exercício social encerrado em 31/12/2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no processo licitatório participando da criação do edital, termo de referência e demais documentos necessários, bem como no apoio aos possíveis questionamentos que possam surgir quanto ao Edital;

ii) PPP para a Prestação dos Serviços de Gestão, Operação e Manutenção da Cozinha Industrial, responsável pelo abastecimento da alimentação das unidades prisionais do Estado do Espírito Santo. Poderá abranger, ainda, outros serviços identificados como sinérgicos para o parceiro público e privado, tais como educação, limpeza, manutenção de instalações prisionais, entre outros;

iii) Projeto de sistema regional para tratamento e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos nos municípios integrantes do consórcio público da região norte do Estado do Espírito Santo – Conorte.

4. Gestão de Riscos

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou 2020 totalizando R\$ 778,7 milhões, sendo composta por 74,7% de contratos classificados nos níveis de risco AA-C, ao passo que em dezembro de 2019 esse percentual foi de 64,4%, isto é, uma melhora na qualidade da carteira de crédito do banco. A inadimplência acima de 90 dias encerrou o ano em 7,4% – o menor percentual desde dezembro de 2017.

Em relação à participação das atividades econômicas na Carteira de Crédito Total, merece destaque a redução contínua da participação da cultura de café: em dezembro de 2013 foi 54,2% e em dezembro de 2020 foi de 30,5%, o menor nível já alcançado. Como consequência disso, a carteira de crédito do banco, que tinha 76% de concentração em operações de crédito rural em dezembro de 2019, encerrou 2020 com 59%, uma redução de 17 pontos percentuais.

Cabe destacar também a avaliação com nota AA pela *Fitch Ratings*, uma das 3 agências internacionais de classificação de risco de crédito mais importantes, possibilitando o banco à captação de recursos no mercado.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o ano de 2020, com 169 colaboradores. Em termos de gestão de pessoas, a seguinte ação se destaca:

- Em função da pandemia, o Banco desenvolveu ações para preservar a saúde de seus colaboradores nas suas instalações, com higienização rigorosa, medição de temperatura corporal para acesso ao Edifício Caparaó, disponibilidade de álcool gel, distribuição de máscaras e implantação temporária do *home office*;

No campo administrativo, sobressaem-se as seguintes ações:

- Credenciamento de 24 avaliadores de imóveis, aperfeiçoando o controle desse processo e reduzindo prazos de entrega de laudo de avaliação de imóveis;

- Credenciamento de 44 escritórios de advocacia e de 49 empresas para cobrança judicial e extrajudicial, respectivamente;

- Contratação de serviços para realização de leilões de bens imóveis e móveis, por meio eletrônico;

- Contratação de 20 corretores de imóveis, entre empresas e profissionais, para prestação de serviços de intermediação na venda de imóveis não de uso;

- Venda de 10 imóveis classificados como bens não de uso, através da intermediação dos corretores, totalizando o valor de R\$ 1,653 milhão.

6. Principais Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2019	2020	Variação %
OPERACIONAIS			
1. Investimento Total Liberado (R\$ mil)	130.849	345.888	164,3%
2. Saldo de Operações de Crédito (R\$ mil)	813.375	778.699	(4,3%)
3. Nº de contratos ativos	33.542	27.008	(19,5%)
4. Nº de clientes ativos	21.483	17.159	(20,1%)
FINANCEIROS			
1. Lucro / Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(209.203)	28.292	113,5%
2. Patrimônio Líquido (R\$ mil)	222.997	269.628	20,9%
3. Índice de Inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira) (%)	11,7	7,4	(36,8%)
4. Despesa líquida de PCLD (R\$ mil)	(160.054)	(31.444)	(80,3%)

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável - uma construção coletiva - aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória – ES, 11 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	12.2020	12.2019	PASSIVO	Nota	12.2020	12.2019
			(Reapresentado Nota 10)				(Reapresentado Nota 10)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	1.345	447	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		765.737	858.819
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.200.049	1.306.455	Instituições Financeiras	14	511.012	593.210
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	197.480	189.465	Outros Clientes	15	111.870	27.642
Títulos e Valores Mobiliários	6	218.358	294.342	Outros Instrumentos Financeiros Passivos	16	142.855	237.967
Operações de Crédito	7	778.699	813.375	PROVISÕES		23.132	17.818
Outros Instrumentos Financeiros	8	5.512	9.069	Contingências	17	23.132	17.818
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CREDITO	7.e	(144.886)	(220.335)	OUTROS PASSIVOS		34.486	18.569
OUTROS CRÉDITOS	9	26.422	22.393	Outros Passivos	18	34.486	18.569
INVESTIMENTOS	10	38	38	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	269.628	222.997
IMOBILIZADO DE USO	11	14.036	14.066	Capital Social:			
INTANGÍVEL	12	53.498	51.576	- De Domiciliados no País		439.371	419.219
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13	(57.519)	(56.232)	Reserva de Capital		-	11.639
TOTAL DO ATIVO		1.092.983	1.118.203	Outros Resultados Abrangentes		(119)	1.694
				Lucros ou Prejuízos Acumulados		(155.547)	(195.478)
				(Ações em Tesouraria)		(14.077)	(14.077)
				TOTAL DO PASSIVO		1.092.983	1.118.203

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

 Demonstrações contábeis individuais do exercício social encerrado em 31/12/2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Descrição da conta	Nota	2º Semestre 2020	12.2020	12.2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		69.509	118.385	113.127
Operações de Crédito		53.214	89.152	85.199
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		16.295	29.233	27.928
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(26.491)	(47.937)	(181.294)
Operações de Captação no Mercado		(940)	(1.646)	(190)
Operações de Empréstimos e Repasses		(6.955)	(14.847)	(21.050)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		(18.596)	(31.444)	(160.054)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		43.018	70.448	(68.167)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(28.380)	(43.866)	(57.212)
Receitas de Prestação de Serviços	32.b	6.756	12.773	11.104
Rendas de Tarifas Bancárias		2.473	3.815	1.722
Despesas de Pessoal	32.c	(25.931)	(43.678)	(40.299)
Outras Despesas Administrativas	32.d	(5.017)	(9.229)	(15.970)
Despesas Tributárias	32.e	(2.694)	(4.814)	(4.789)
Outras Receitas Operacionais	32.f	1.694	4.111	8.524
Outras Despesas Operacionais	32.g	(5.661)	(6.844)	(17.504)
RESULTADO OPERACIONAL		14.638	26.582	(125.379)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	32.h	1.871	1.710	(11.083)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		16.509	28.292	(136.462)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.k	-	-	(72.741)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-	(72.741)
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		16.509	28.292	(209.203)
Lucro / Prejuízo por lote de mil ações – (em R\$)		0,57	0,98	(7,90)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição da conta	2º Semestre 2020	12.2020	12.2019
LUCRO / PREJUÍZO DO PERÍODO	16.509	28.292	(209.203)
Líquido de Resultados Não Abrangentes	(119)	(119)	1.694
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(217)	(217)	2.823
Impostos sobre valor justo	98	98	(1.129)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	16.390	28.173	(207.509)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA				
SALDO EM 31/12/2018 (Reapresentado)	407.448	11.771	11.639	5.275	37.963	-	(32.946)	(14.077)	427.073
Aumento de capital	11.771	(11.771)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos / JCP Prescritos	-	-	-	-	56	-	-	-	56
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	1.694	-	-	1.694
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	(209.203)	-	(209.203)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	3.377	-	3.377
DESTINAÇÕES									
Reservas	-	-	-	(5.275)	(38.019)	-	43.294	-	-
SALDO EM 31/12/2019 (Reapresentado)	419.219	-	11.639	-	-	1.694	(195.478)	(14.077)	222.997
Mutações do Exercício – 2019 (Reapresentado)	11.771	-	-	(5.275)	(37.963)	1.694	(162.532)	-	(204.076)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

 Demonstrações contábeis individuais do exercício social encerrado em 31/12/2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA				
SALDO EM 30/06/2020 (Reapresentado)	419.219	20.152	11.639	-	-	983	(183.695)	(14.077)	254.221
Aumento de capital	20.152	(20.152)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(1.102)	-	-	(1.102)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	16.509	-	16.509
DESTINAÇÕES									
Reservas	-	-	(11.639)	-	-	-	11.639	-	-
SALDO EM 31/12/2020	439.371	-	11.639	-	-	(119)	(155.547)	(14.077)	269.628
Mutações do 2º Semestre - 2020	20.152	(20.152)	(11.639)	-	-	(1.102)	28.148	-	15.407
SALDO EM 31/12/2019 (Reapresentado)	419.219	-	11.639	-	-	1.694	(195.478)	(14.077)	222.997
Aumento de capital	20.152	-	-	-	-	-	-	-	20.152
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(1.813)	-	-	(1.813)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	28.292	-	28.292
DESTINAÇÕES									
Reservas	-	-	(11.639)	-	-	-	11.639	-	-
SALDO EM 31/12/2020	439.371	-	-	-	-	(119)	(155.547)	(14.077)	269.628
Mutações do Exercício - 2020	20.152	-	(11.639)	-	-	(1.813)	39.931	-	46.631

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	2º Sem 2020	12.2020	12.2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	16.509	28.292	(136.462)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-	(72.741)
Depreciações e Amortizações	677	1.342	1.333
Provisão para Perdas/Desvalorizações	3.494	3.570	12.626
Reversão de Provisões	(3.460)	(3.460)	-
Prejuízo em Transações com Valores e Bens (Permanente)	2.113	2.113	-
Ajuste a Valor de Mercado TVM	(1.102)	(1.814)	-
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	18.231	30.043	(195.244)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.904	(8.015)	62.110
Títulos e Valores Mobiliários	76.769	75.984	(96.665)
Operações de Crédito	(54.314)	(40.278)	289.379
Outros Créditos	3.238	4.177	76.563
Outros Valores e Bens	(1.787)	(1.471)	(342)
Outras Obrigações	(48.624)	(73.880)	16.957
Depósitos	1.286	84.227	2.664
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(35.471)	(82.197)	(141.259)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	232	(11.410)	14.162
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	5.023	5.741	16.015
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(3.565)	(11.637)	(27.005)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	59	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(21)	(112)	(1.592)
Aplicação no Intangível	(885)	(1.894)	(1.611)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	552	(7.843)	(14.193)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de capital	-	20.151	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-	-	56
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	-	20.151	56
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	784	898	25
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS			
Início do Período	561	447	422
Fim do Período	1.345	1.345	447
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	784	898	25

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações contábeis individuais do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2020 em comparação com o exercício social de 2019.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, com abrangência sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, vigente a partir de 1º de janeiro de 2021, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Na preparação destas demonstrações contábeis foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais.

Em atendimento ao Art. 8º da Resolução CMN nº 4.818/2020, a Administração declara de forma explícita e sem reserva, que estas demonstrações contábeis estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, na reunião realizada em 11 de março de 2021.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

A apresentação destas demonstrações contábeis é efetuada em Reais (R\$), que é a moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São conta-

bilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;

- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “disponíveis para venda” é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira dos títulos, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular BACEN nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

(i) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);

(ii) A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso, com contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme definido na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior à 180 dias	H

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. (Nota 9.2)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

i. **Investimentos** - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais; (Nota 10)

ii. **Imobilizado** - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica, como segue: edificações - 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança - 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática - 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional;

iii. **Intangível** - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e *softwares*, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização *software* corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,33% ao ano; demais *softwares* 60 meses - 20% ao ano.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

i. **Provisões/Passivos Contingentes:** são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

ii. **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.

iii. **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Tributos

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente, calculadas sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, e se constituídos, devem ser suportados por estudo de capacidade de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não foram identificados eventos subsequentes que gerariam ajustes nas demonstrações contábeis.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda ao valor de recuperação.

No exercício social de 2020 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34, inciso V, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. A norma define como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 32 Outras Informações.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis são requeridas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração estão detalhados abaixo:

a) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa 07;

b) **Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 17;

c) **Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos:** o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

d) **Valor justo de instrumentos financeiros:** quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo;

e) **Mensuração dos efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos no BANDES:** A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do balanço que foram afetadas.

p) Mudança na apresentação das Demonstrações contábeis e correção de erros de períodos anteriores

A Administração utilizou a faculdade concedida pelo artigo 23 da Resolução BCB nº 2/2020, e optou por reapresentar as contas do ativo e do passivo no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, com base em critérios de liquidez e exigibilidade. Para fins de comparabilidade, os itens do balanço patrimonial de 31/12/2019, antes segregados em circulante e longo prazo, foram reagrupados com base nos critérios de liquidez e exigibilidade. Adicionalmente, durante processo de conciliação das contas de previdência privada, foi constatada a falta de apropriações de despesas mensais com previdência complementar. Em contraponto, ao fato de que todas as contribuições patronais mensais do período encontravam-se regularmente quitadas.


BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

 Demonstrações contábeis individuais do exercício social encerrado em 31/12/2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir desse processo, foi identificado o total de R\$ 3.377, acumulado até 2019, e sem o devido tratamento contábil, motivado pela falta de informações tempestivas que permitiriam o reconhecimento na época própria. Na sequência, foi verificado que as contribuições patronais do período estavam sendo compensadas com o referido crédito.

O total reflete o direito do BANDES à parte dos valores alocados no plano, em proporção igualitária ao somatório de parcelas resgatadas voluntariamente e/

ou em razão do término do vínculo empregatício, pelos participantes do plano.

A regularização contábil foi efetuada no ativo (despesas antecipadas) em contrapartida ao patrimônio líquido, com fundamento nos itens 46 e 47 do Pronunciamento Técnico CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos da correção de erros de períodos anteriores estão demonstrados no balanço patrimonial do exercício social de 2019 reapresentado.

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO SOCIAL 2019

Nomenclatura COSIF	Nota	31.12.2019 Original	Reapresentado por ordem de liquidez e exigibilidade	31.12.2019	Ajustes	31.12.2019 Reapresentado
Ativo			Ativo			
Disponibilidades	4	447	Caixa e equivalentes de caixa	447	-	447
		1.306.456	Instrumentos financeiros	1.306.456	-	1.306.456
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	189.465		189.465	-	189.465
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	294.342		294.342	-	294.342
Operações de créditos	7	813.375		813.375	-	813.375
Outros créditos	8	9.069	Outros instrumentos financeiros	9.069	-	9.069
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(220.336)	(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(220.336)	-	(220.336)
Outros valores e bens/Bens não de uso próprio	9.1	17.422				
Despesas antecipadas	9.2	373	Outros créditos	19.016	3.377	22.393
Pagamentos a ressarcir	9.3	1.221				
Permanente		9.448				
Investimentos	10	38	Investimentos	38	-	38
Imobilizado de uso	11	1.482	Imobilizado de uso	1.482	-	1.482
Intangível	12	7.928	Intangível	7.928	-	7.928
Total do Ativo		1.114.826	Total do Ativo	1.114.826	3.377	1.118.203
Passivo			Passivo			
Obrigações por empréstimos e repasses	14	593.210	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos / Instituições financeiras	593.210	-	593.210
Depósitos	15	27.642	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos / Outros clientes	27.642	-	27.642
				274.354	-	274.354
Outras obrigações	16	274.354	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos / Outros instrumentos financeiros passivos	237.968	-	237.968
	17	-	Provisões / Contingências	17.818	-	17.818
	18	-	Outros passivos / Outros passivos	18.568	-	18.568
Patrimônio Líquido	19	219.620	Patrimônio Líquido	219.620	3.377	222.997
Capital social		419.219	Capital social	419.219	-	419.219
Reservas de capital		11.639	Reservas	11.639	-	11.639
Ajuste de avaliação patrimonial		1.694	Outros resultados abrangentes	1.694	-	1.694
Lucros ou prejuízos acumulados		(198.855)	Lucros ou prejuízos acumulados	(198.855)	3.377	(195.478)
Ações em tesouraria		(14.077)	Ações em tesouraria	(14.077)	-	(14.077)
Total do Passivo		1.114.826	Total do Passivo	1.114.826	3.377	1.118.203

Ativo	31.12.2019 Original	Passivo	31.12.2019 Original
Ativo Circulante	538.421	Passivo Circulante	343.858
Ativo Realizável a Longo Prazo	566.957	Passivo Exigível a Longo Prazo	551.348
Ativo Permanente	9.448	Patrimônio Líquido	219.620
Total do Ativo	1.114.826	Total do Passivo	1.114.826


BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

 Demonstrações contábeis individuais do exercício social encerrado em 31/12/2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<i>R\$ mil</i>	
	12.2020	12.2019
Moeda Nacional (caixa)	-	-
Moeda Nacional (depósitos bancários)	513	447
Disponibilidades	1.345	447
Depósitos Interfinanceiros*	88.194	127.197
Aplicações no Mercado Aberto*	109.286	62.268
Total - Circulante	198.825	189.912

* Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<i>R\$ mil</i>			
	<i>Prazo de vencimento</i>			
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)				
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	515	-	-	515
Empresas Não Ligadas	9.074	10.072	68.533	87.679
Aplicações no Mercado Aberto (2)	109.286	-	-	109.286
Total 2020 - Circulante	118.875	10.072	68.533	197.480
Total 2019 - Circulante	102.879	68.491	18.095	189.465

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Resumo da Carteira por Categorias

	<i>R\$ mil</i>		
		12.2020	12.2019
		Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	52.709	(217)	52.492
Títulos Públicos	52.709	(217)	52.492
Títulos Privados	-	-	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	165.866	-	165.866
Títulos Públicos	65.066	-	65.066
Títulos Privados	100.800	-	100.800
Total	218.575	(217)	218.358

Títulos públicos federais: Letras Financeiras do Tesouro - LFT; Notas do Tesouro Nacional - NTN e Letras do Tesouro Nacional LTN - custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos NTN e LTN são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.

Títulos privados: Letras Financeiras - LF; Fundo Garantidor de Investimentos - FGI e CRIATEC 3 - FIP.

b) Títulos Mantidos até o Vencimento

TVM	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	<i>R\$ mil</i>	
				12.2020	12.2019
				Custo Amortizado/ Contábil	Custo Amortizado/ Contábil
LFT	-	27.191	-	27.191	94.667
NTN	-	-	37.875	37.875	10.890
LF	49.285	28.645	18.086	96.016	96.695
FGI	-	-	100	100	100
CRIATEC 3	-	-	4.685	4.685	2.596
Total	49.285	55.836	60.746	165.867	204.948

c) Títulos Disponíveis para Venda

TVM	<i>R\$ mil</i>					
	12.2020			12.2019		
	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo Amortizado / Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado
LTN	5.874	-	-	5.874	118	5.992
NTN	46.835	-	-	46.835	(335)	46.500
Total	52.709	-	-	52.709	(217)	52.492

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Após o término do 1º semestre de 2020, com objetivo de aproveitar oportunidade de mercado e maximizar a gestão de caixa, apesar de não ser prática usual, devido inexistência de previsão no momento da aquisição dos papéis, foi efetuada a reclassificação de títulos públicos, da categoria

"Mantidos até o vencimento - MAV" para a categoria "Disponível para venda - DPV", de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, conforme tipos e totais: Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) R\$ 68.723, Letras Financeiras do Tesouro (LFT) R\$ 21.763 e Letras do Tesouro Nacional (LTN) R\$ 1.681.


BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

 Demonstrações contábeis individuais do exercício social encerrado em 31/12/2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ mil					
Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários da categoria Mantidos até o Vencimento para a categoria Disponível para Venda em 30/06/2020					
	Valor MAV (1)	Valor DPV (2)	Ajuste Bruto	Impostos	Ajuste no Patrimônio após Impostos
LFT	21.766	21.763	(3)	1	(2)
LTN	1.591	1.681	90	(40)	50
NTN	64.388	68.723	4.335	(1.951)	2.384
Total	87.745	92.167	4.422	(1.990)	2.432

(1) MAV – Mantido até o Vencimento

(2) DPV – Disponível para Venda

No 2º semestre de 2020, não ocorreram reclassificações de títulos e valores mobiliários.

e) Conciliação dos Valores Classificados na Categoria DPV

R\$ mil	
Ganhos e perdas realizadas / não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria DPV.	
Ajustes antes dos efeitos tributários em 31/12/2019	2.823
(+/-) Efeitos tributários	(1.129)
Ajustes líquidos de efeitos tributários em 31/12/2019	1.694
Ganhos não realizados na reclassificação da categoria MAV para DPV em 30/06/2020	4.422
Ganhos não realizados nos demais títulos classificados na categoria DPV	2.771
Perdas não realizadas nos demais títulos classificados na categoria DPV	(4.951)
Ganhos realizados transferidos para resultado	(3.280)
Ajustes antes dos efeitos tributários em 30/06/2020	656
(+/-) Efeitos tributários	327
Ajustes líquidos de efeitos tributários em 30/06/2020	983
Ganhos/perdas não realizadas em reclassificações da categoria MAV para DPV no período	-
Ganhos não realizados nos demais títulos classificados na categoria DPV	8.841
Perdas não realizadas nos demais títulos classificados na categoria DPV	(5.557)
Ganhos realizados e transferidos para resultado	(5.287)
Ajustes antes dos efeitos tributários em 31/12/2020	(1.020)
(+/-) Efeitos tributários	901
Ajustes líquidos de efeitos tributários em 31/12/2020	(119)

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

R\$ mil				
	12.2020		12.2019	
		%		%
Empréstimos	113.945	14	62.399	8
Financiamentos (inclusive agroindustriais)	185.185	24	97.218	12
Financiamentos rurais	433.291	56	605.448	74
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	39.981	5	42.562	5
Subtotal	772.402	99	807.627	99
Devedores por compra de valores e bens	6.297	1	5.748	1
Total das operações de créditos	778.699	100	813.375	100
Circulante	227.974		246.843	
Não Circulante	550.725		566.532	

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	12.2020		12.2019	
		%		%
10 maiores devedores	137.733	18	83.149	10
50 seguintes maiores devedores	153.631	20	92.532	11
100 seguintes maiores devedores	55.873	7	52.928	7
Demais devedores	431.463	55	584.766	72
Total das operações de crédito	778.699	100	813.375	100
Circulante	227.974		246.843	
Não Circulante	550.725		566.532	

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	12.2020		12.2019	
		%		%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	25.136	3	34.551	4
A vencer	753.563	97	778.824	96
Até 3 meses	99.808	13	95.635	12
De 3 meses a 12 meses	195.124	25	202.666	25
Acima de 12 meses	458.630	59	480.523	59
Total das operações de crédito	778.699	100	813.375	100
Circulante	227.974		246.843	
Não Circulante	550.725		566.532	

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	12.2020		12.2019	
		%		%
Setor privado	738.718	95	770.813	95
Pessoa Jurídica				
Rural	81.096	10	91.390	11
Indústria	103.058	13	45.622	6
Comércio	71.549	9	60.962	8
Outros serviços	125.793	16	51.506	6
Pessoa Física				
Rural	357.222	46	521.333	64
Setor público	39.981	5	42.562	5
Administração direta municipal	39.981	5	42.562	5
Total das operações de crédito	778.699	100	813.375	100
Circulante	227.974		246.843	
Não Circulante	550.725		566.532	

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

		12.2020				12.2019	
Níveis Risco	% mínimo provisão	Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	-	37.786	-	37.786	-	48.957	-
A	0,5	339.870	-	339.870	(170)	299.346	(1.497)
B	1	161.774	13.247	175.021	(1.750)	139.578	(1.403)
C	3	20.194	8.513	28.707	(861)	36.471	(1.106)
D	10	4.629	4.123	8.752	(875)	10.785	(1.132)
E	30	2.775	6.973	9.748	(2.924)	3.664	(1.149)
F	50	63.506	12.441	75.947	(37.974)	120.815	(61.222)
G	70	7.784	4.883	12.667	(8.867)	9.003	(8.070)
H	100	43.805	46.396	90.201	(90.201)	144.756	(144.756)
Total		682.123	96.579	778.699	(144.886)	813.375	(220.335)
Circulante				227.974	(47.330)	246.843	(67.157)
Não Circulante				550.725	(97.556)	566.532	(153.178)

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	12.2020	12.2019
Saldos iniciais	(220.335)	(141.062)
Constituições Líquidas	(34.048)	(160.041)
Constituições	(63.234)	(162.618)
Reversões	29.186	2.577
Transferências para prejuízo	109.497	80.767
Saldos finais	(144.886)	(220.336)
Circulante	(47.330)	(67.157)
Não Circulante	(97.556)	(153.179)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	12.2020	12.2019
Renegociados	161.092	39.849
Lançados a prejuízo	109.497	80.767
Recuperados	40.571	25.697

NOTA 8 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	12.2020	12.2019
Rendas a receber (8.1)	889	1.386
Créditos Específicos	-	205
Devedores por depósitos em garantia	2.583	2.774
Impostos e contribuições a compensar (8.2)	1.536	4.808
Adiantamentos salariais/Outros (8.3)	322	101
Devedores diversos (8.4)	182	-
Provisão para outros créditos	-	(205)
Total	5.512	9.069
Circulante	5.512	3.994
Não Circulante	-	5.075

8.1. Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/70 R\$ 20 (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2019); Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF - Equalização de juros R\$ 866 (R\$ 1.334 em 31 de dezembro de 2019); Rendas a receber Del Credere BNB R\$ 3 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2019); Rendas a receber FUNSAF R\$ 0 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2019);

8.2. Impostos a compensar: IRPJ R\$ 0 (R\$ 2.435 em 31 de dezembro de 2019), CSLL R\$ 1.084 (R\$ 2.373 em 31 de dezembro de 2019); Crédito tributário de IRPJ e CSLL constituído s/ variações no valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda R\$ 98 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019); Contribuição previdenciária R\$ 354 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019), quitada a maior em períodos anteriores, cujo reconhecimento contábil efetuado no exercício de 2020, do

crédito relativo à contribuição previdenciária, foi motivado pela expedição pelo TRF da 2ª Região de decisão judicial favorável ao banco, transitada em julgado, configurando direito líquido e certo à compensação;

8.3. Adiantamento de férias R\$ 0 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2019); Adiantamento de participação nos lucros R\$ 261 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019); Adiantamentos para pagamento nossa conta R\$ 61 (R\$ 54 em 31 de dezembro de 2019);

8.4. Taxa de administração a receber: PSA Fundágua R\$ 132 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019); Fundo Reconstrução - ES R\$ 0 (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2019); Fundo de Aval BANDES R\$ 50 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 9 - OUTROS ATIVOS

	12.2020	12.2019
Outros valores e bens (9.1)	24.474	17.422
Despesas antecipadas (9.2)	1.842	3.750
Pagamentos a ressarcir (9.3)	106	1.221
Total	26.422	22.393
Circulante	26.370	22.376
Não Circulante	52	17

9.1. Outros valores e bens (bens não de uso próprio)

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes, R\$ 24.474 (R\$ 17.422 em 31 de dezembro de 2019).

	12.2020	12.2019
Imóveis não de Uso Próprio	33.744	30.450
Máquinas e equipamentos	4	4
Bens Não de Uso	33.748	30.454
Provisão para desvalorização	(9.274)	(13.032)
Total	24.474	17.422
Circulante	24.474	17.422
Não Circulante	-	-

9.2. Despesas antecipadas

São constituídas por pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, licenças de *softwares*, entre outros. Além disso, o banco possui R\$ 1.842 (R\$ 3.750 em 31 de dezembro de 2019 Reapresentado), em créditos para pagamento de futuras contribuições de previdência suplementar, proveniente de devoluções de contribuições depositadas pelo banco aos seus colaboradores, que perderam o direito ao benefício por descumprimento das condições pactuadas na adesão do plano.

9.3. Pagamentos a ressarcir

O grupo Pagamentos a Ressarcir R\$ 106 (R\$ 1.221 em 31 de dezembro de 2019), a redução em relação ao exercício de 2019, foi motivada, principalmente, pela conclusão do processo de recomposição de saldos de operações BNDES. No período também foi efetuado o desconhecimento contábil de R\$ 1.269 relativos ao Fundo de Crédito Rural Diferenciado, com registro em contas de compensação, entretanto, a baixa contábil não impactou o saldo do grupo e o resultado do período, porque o saldo estava integralmente provisionado.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	<i>R\$ mil</i>	
	12.2020	12.2019 Reapresentado
Investimento por incentivos fiscais (10.1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para Perdas (10.2)	(37)	(37)
Total	38	38

10.1. Composição: R\$ 38 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2019) Certificados de Investimento - FINOR, R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019) Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL.

10.2. O título Provisão para Perdas é composto de: R\$ 36 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2019) relacionadas à Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR.

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	<i>Custo</i>	<i>Depreciação</i>	<i>Líquido</i>	
			12.2020	12.2019 Reapresentado
Terrenos	185	-	185	189
Edificações	3.811	(3.611)	200	274
Móveis e máquinas	2.724	(2.481)	243	331
Aparelhagens e sistema de comunicação	428	(320)	108	111
Equipamentos de informática	6.697	(6.323)	374	555
Sistema de segurança	191	(183)	8	22
Total	14.036	(12.918)	1.118	1.482

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	<i>Custo</i>	<i>Amortização</i>	<i>Líquido</i>	
			12.2020	12.2019 Reapresentado
Aquisição de Software	5.687	(4.445)	1.242	1.202
Modernização SISBANDES	45.649	(38.843)	6.806	6.222
BI - Consultas	46	(46)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	1.564	(748)	816	480
Aplicativo para Celulares	44	(11)	33	24
Total	53.498	(44.601)	8.897	7.928

NOTA 13 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

	<i>R\$ mil</i>	
	12.2020	12.2019 Reapresentado
(-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado	(12.918)	(12.584)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(44.601)	(43.648)
Total	(57.519)	(56.232)

NOTA 14 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

<i>Posições</i>	<i>Até 3 meses</i>	<i>De 3 a 12 meses</i>	<i>R\$ mil</i>		<i>Total</i>
			Circulante	Não Circulante	
BNDES	67.137	77.497	144.634	240.375	385.009
Outras Inst. Oficiais	8.548	22.595	31.143	94.860	126.003
12.2020	75.685	100.092	175.777	335.235	511.012
12.2019	88.335	107.660	195.995	397.215	593.210

NOTA 15 - OUTROS CLIENTES

Compõem-se de "Depósitos à Vista" e "Depósitos a Prazo", com prazo de vencimento de até 30 dias, originados, principalmente, de cauções de operações efetuadas com recursos FUNDAP.

<i>Depósitos</i>	<i>R\$ mil</i>	
	12.2020	12.2019 Reapresentado
À vista	10.739	8.862
A prazo	101.131	18.780
Total	111.870	27.642
Circulante	111.870	27.642
Não Circulante	-	-

NOTA 16 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

	<i>R\$ mil</i>	
	12.2020	12.2019 Reapresentado
Fundos financeiros e de desenvolvimento (16.1)	142.852	217.816
Dotação para aumento de capital (16.2)	3	20.151
Total	142.855	237.967
Circulante	36.151	92.121
Não Circulante	106.704	145.846

16.1. Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam registrados em contas patrimoniais R\$ 142.852 (R\$ 217.816 em 31 de dezembro de 2019).

	<i>R\$ mil</i>	
	12.2020	12.2019 Reapresentado
FUNDAP	1.014	1.012
FUNDES	20.595	84.437
FUNCITEC	34.500	43.127
FUNDÁGUA	73	39
FUNDEPAR-ES	16.621	22.935
FUNSAF	1.500	1.760
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	6.348	7.387
FUNDESUL	-	2.930
FUNDO RENOVA	8.803	7.243
FUNDESUL - PK	46.502	46.946
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	6.896	-
Total	142.852	217.816
Circulante	36.148	71.970
Não Circulante	106.704	145.846

16.2. Dotação para aumento de capital

No exercício, foram integralizados no capital social do banco R\$ 20.151, compostos de R\$ 20.147 do acionista Estado do Espírito Santo R\$ 20.147, oriundos da distribuição de juros sobre capital próprio - JCP do exercício social de 2018, e R\$ 4 de aportes de acionistas minoritários; remanescendo na rubrica R\$ 3, para futuros aumentos de capital.

NOTA 17 - PROVISÕES

Contingências	12.2020	R\$ mil
		12.2019 Reapresentado
Ações administrativas e judiciais (17.1)	17.024	13.084
Provisão para multas por inadimplência técnica (17.2)	6.108	4.734
Total	23.132	17.818
Circulante	23.132	14.978
Não Circulante	-	2.840

17.1. Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

Ações com Risco Provável	12.2020	R\$ mil
		12.2019 Reapresentado
Cíveis	11.573	9.442
Trabalhistas	5.451	3.642
Total	17.024	13.084
Circulante	17.024	13.084
Não Circulante	-	-

- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

Ações com Risco Possível e Remoto	12.2020	R\$ mil
		12.2019 Reapresentado
Cíveis	27.336	25.307
Trabalhistas	370	434
Fiscais	-	24.937
Total	27.706	50.678

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	R\$ mil		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01/01/2019	1.377	2.082	3.459
Atualização Monetária / Constituições	9.200	1.672	10.872
Reversões / Pagamentos	(1.135)	(112)	(1.247)
Saldo em 31/12/2019	9.442	3.642	13.084
Saldo em 01/01/2020	9.442	3.642	13.084
Atualização Monetária / Constituições	2.432	1.809	4.241
Reversões / Pagamentos	(301)	-	(301)
Saldo em 31/12/2020	11.573	5.451	17.024
Circulante	11.573	5.451	17.024
Não Circulante	-	-	-

17.2. Provisão para multas por inadimplência técnica

Provisão constituída devido à decretação de inadimplência técnica a clientes em situação irregular quanto à aplicação dos recursos contratados junto a órgãos repassadores. O banco efetuará o pagamento das multas aos repassadores de recursos, e adotarás as medidas cabíveis para se ressarcir junto a clientes que deram causa à situação de inadimplência técnica R\$ 6.108 (R\$ 4.734 em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 18 - OUTROS PASSIVOS

	12.2020	R\$ mil
		12.2019 Reapresentado
Fiscais e previdenciárias (18.1)	2.601	4.380
Provisão para pagamentos a efetuar	9.352	4.039
Credores diversos (18.2)	21.844	9.452
Sociais e estatutárias	689	698
Total	34.486	18.569
Circulante	18.739	13.122
Não Circulante	15.747	5.447

18.1. Fiscais e previdenciárias

	12.2020	R\$ mil
		12.2019 Reapresentado
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (a)	542	409
Impostos e contribuições s/ salários	1.175	1.136
Parcelamento de impostos (b)	632	1.060
Impostos e contribuições a recolher (c)	252	646
Passivo fiscal diferido (d)	-	1.129
Total	2.601	4.380
Circulante	2.444	3.757
Não Circulante	157	623

- a) PIS, COFINS e ISS mensal a recolher referentes ao último mês do exercício social;
- b) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014;
- c) Impostos retidos na fonte de terceiros no último mês do exercício social;
- d) IR R\$ 0 (R\$ 706 em 31 de dezembro de 2019) e CSLL R\$ 0 (R\$ 423 em 31 de dezembro de 2019) referente ao efeito líquido de tributos no PL proveniente do ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários conforme Circular BACEN nº 3.068/01. No período de dezembro de 2019 os passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15% de CSLL. Em junho de 2020 a alíquota da CSLL foi alterada de 15% para 20%. (Nota 3.k).

a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	12.2020	R\$ mil
		12.2019 Reapresentado
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	30.536	(136.462)
Juros sobre capital próprio	-	-
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências	5.245	12.991
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.965	147.907
Perdas efetivas de créditos	(45.531)	(57.123)
Outros	(3.586)	10.883
Despesas não dedutíveis	143	101
Base de Cálculo	(6.228)	(21.703)
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20%.

a.2) Ativo fiscal diferido não ativado

A administração optou por não reconhecer contabilmente ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa no semestre, em razão da situação de prejuízo fiscal verificada no período, e também, da incerteza da previsão de sua realização no prazo requerido pela norma.

	12.2020	R\$ mil
		12.2019 Reapresentado
Prejuízo fiscal / Base negativa	6.228	21.703
Diferenças temporárias	264.353	301.261
IR	64.531	80.741
CSLL	51.625	48.445
Total do ativo fiscal diferido não ativado	116.156	129.186

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20%.



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

Demonstrações contábeis individuais do exercício social encerrado em 31/12/2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2. Credores diversos

Credores Diversos R\$ 21.844 (R\$ 9.452 em 31 de dezembro de 2019) com destaque para: R\$ 1.274 (R\$ 724 em 31 de dezembro de 2019) referentes às deduções das liberações FUNDAPE para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012; R\$ 0 (R\$ 3.443 em 31 de dezembro de 2019) relativos à recomposição de obrigações por refinanciamento de dívidas com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; R\$ 19.377 (R\$ 3.760 em 31 de dezembro de 2019) referentes às ordens de liberações FUNGETUR.

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 750 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 439.371 (R\$ 419.219 em 31 de dezembro de 2019), e está representado em quantidade de ações, conforme composição abaixo:

	12.2020	12.2019
Ações Ordinárias	19.883.589.975	18.257.516.094
- Estado do Espírito Santo	19.644.952.823	18.018.878.942
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
Ações Preferenciais	9.836.733.806	9.032.288.736
Classe "A"	3.113.456.237	2.858.838.741
- Estado do Espírito Santo	2.454.690.627	2.200.073.131
- Demais Acionistas	658.765.610	658.765.610
Classe "B"	6.723.277.569	6.173.449.995
- Estado do Espírito Santo	3.147.336.103	2.597.922.529
- Demais Acionistas	3.575.941.466	3.575.527.466
Total de ações emitidas	29.720.323.781	27.289.804.830
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferenciais - classe "A")	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	28.918.787.043	26.488.268.092

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

O valor patrimonial das ações em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 0,0009323.

19.2. Aumento de capital social

Em 1º/09/2020, o Banco Central do Brasil por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro DEORF, expediu decisão favorável ao processo de aumento de capital de R\$ 20.151, realizado no primeiro semestre do exercício de 2020. A integralização de capital foi efetuada com aportes do acionista controlador Estado do Espírito Santo R\$ 20.147, e de acionistas minoritários R\$ 4. Com a aprovação, o capital social passou de R\$ 419.219 para R\$ 439.371.

19.3. Reservas de capital

No período, R\$ 11.639 (R\$ 11.639 em 31 de dezembro de 2019), foram transferidos para Lucros ou Prejuízos Acumulados para absorção de prejuízos de períodos anteriores.

19.4. Reserva legal

É constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 67, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. Em cumprimento ao § 3º do artigo 66 do Estatuto Social, o saldo da reserva legal existente em 31/12/2018 foi utilizado para absorção de parte do prejuízo líquido apresentado no exercício social de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo está zerado.

19.5. Reserva estatutária / Reserva para margem operacional

De acordo com o inciso III, do artigo 67, do Estatuto Social, a "Reserva para margem operacional" tem por objetivos assegurar adequadas condições operacionais e reforçar o capital social e de giro do BANDES. É constituída a base do lucro líquido remanescente e está limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social.

O saldo existente na referida reserva foi utilizado, conforme §3º do artigo 66 do Estatuto Social, para absorção de parte do prejuízo do exercício social de 2019. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo está zerado.

19.6. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial R\$ 119 (R\$ 1.694 em 31 de dezembro de 2019) têm origem na avaliação do período dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", conforme nota 6.a e conciliação demonstrada na nota 6.e.

19.7. Lucros ou prejuízos acumulados

No exercício os prejuízos acumulados perfazem R\$ 155.547. O total remanescente R\$ 155.547 é resultante da adição ao saldo de prejuízos acumulados de 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado) R\$ 195.478, dos seguintes totais: R\$ 11.639 transferidos do grupo Reservas de Capital mais R\$ 28.292 originados do lucro do exercício social.

19.8. Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077, sob a rubrica Ações em Tesouraria é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, corresponde a 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais).

NOTA 20 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de previdência complementar

Tem por objetivo proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pela previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No exercício, foram apropriadas em despesas com plano de previdência R\$ 1.715 (R\$ 1.631 em 31 de dezembro de 2019).

b) Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)

No 2º semestre, foi realizado novo plano de desligamento voluntário, denominado Plano de Desligamento Voluntário Especial - PDVE, que ofereceu aos aderentes os benefícios: indenização adicional equivalente a cinco remunerações, plano de saúde e odontológico por 36 meses, cesta-alimentação e auxílio-refeição por 12 meses, manutenção do custeio de cursos de pós-graduação para colaboradores matriculados na data de divulgação do plano de desligamento, custeio de cursos de requalificação profissional, pagamento da multa de 40% sobre correção de planos econômicos (FGTS). O plano contou com 12 adesões, ao custo total de R\$ 3.850 mil. Os desligamentos foram efetivados na data de 30/12/2020, e as verbas indenizatórias contabilizadas nos grupos de despesas citados na tabela abaixo. Todos os custos com plano de desligamento foram reconhecidos integralmente no exercício social de 2020.

Verbas indenizatórias	Classificação na DRE	R\$ mil 2020
Cesta-alimentação e auxílio-refeição, plano de saúde e odontológico por 36 meses	Outras Despesas Operacionais (PDV)	790
Aviso prévio e Indenização de incentivo de 5 remunerações	Despesas com proventos	1.337
Multa rescisória FGTS 40% e Indenização conforme Acordo Coletivo de Trabalho	Despesas com encargos sociais	1.723
Total		3.850

NOTA 21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixada a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social. As despesas com remuneração do pessoal chave da Administração somaram R\$ 2.496 (R\$ 2.176 em 31 de dezembro de 2019).

**NOTA 22 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS
FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

O total dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES, registrados em contas de compensação, atingiu R\$ 492.143 (R\$ 485.704 em 31 de dezembro de 2019).

	<i>R\$ mil</i>	
	<i>Patrimônio Líquido</i>	
	<i>12.2020</i>	<i>12.2019</i>
FUNDES	190.985	196.032
FUNDAP	51.777	50.857
FUNDEPAR-ES	147.930	148.561
FUNDESUL	-	5.030
FUNDESUL PK	52.047	51.677
FUNDO RENOVA	12.581	10.644
FGP-ES	20.026	20.143
FUNSAF	1.500	1.760
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	15.297	-
TOTAL	492.143	485.704

**NOTA 23 - OPERAÇÕES DE FUNDOS
FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

Conforme estabelecido em normas específicas, o BANDES auferir receitas pela prestação de serviços de operação de fundos financeiros e de desenvolvimento e remunera as obrigações referentes aos recursos não alocados.

<i>Fundos</i>	<i>R\$ mil</i>		
	<i>Rendas de Administração</i>		
	<i>2º Sem 2020</i>	<i>12.2020</i>	<i>12.2019</i>
FUNDES (1)	2.027	4.068	3.942
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	457	683	-
FUNDEPAR-ES (3)	1.556	3.115	3.120
PSA FUNDÁGUA (4)	575	1.118	1.710
FUNSAF (5)	-	18	4
FUNDESUL (6)	53	107	105
FUNDESUL PK (7)	364	727	713
FUNDO DE AVAL BANDES (8)	300	350	-
FGP - ES (9)	154	154	-
TOTAL	5.486	10.340	9.594

Rendas de Administração

- (1) 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.
- (2) 0,5% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.
- (3) 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.
- (4) 10% sobre as liberações efetuadas.
- (5) 1% sobre as liberações efetuadas.
- (6) 2,1% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior
- (7) 1,4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.
- (8) 0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos.
- (9) Diferença entre a remuneração efetiva e a taxa Selic sobre o total de recursos aplicados.

<i>Fundos</i>	<i>R\$ mil</i>		
	<i>Despesas sobre Disponibilidades de Recursos</i>		
	<i>2º Sem 2020</i>	<i>12.2020</i>	<i>12.2019</i>
FUNDES (1)	(367)	(1.469)	(2.963)
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	(57)	(157)	-
FUNDEPAR-ES (3)	(131)	(446)	(1.249)
FUNCITEC (4)	(1.027)	(2.070)	(2.108)
FUNDAGUA (5)	(1)	(1)	(2)
PSA FUNDÁGUA (6)	(29)	(66)	(779)
FUNSAF (7)	(2)	(7)	(14)
FUNDESUL (8)	(23)	(23)	(113)
FUNDO RENOVA (9)	(200)	(365)	(156)
FUNDESUL PK (10)	(350)	(1.007)	(2.038)
TOTAL	(2.187)	(5.611)	(9.422)

Despesas Sobre Disponibilidades de Recursos

- (1) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (2) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (3) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (4) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- (5) 100% do rendimento diário do CDI.
- (6) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (7) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (8) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (9) IPCA defasado de 02 (dois) meses.
- (10) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

NOTA 24 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* - RAS) consiste em uma definição formal do conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco, que expressam o apetite por risco da Instituição. A RAS descreve os níveis de apetite a que o BANDES está disposto a assumir, para os principais tipos de riscos aos quais está exposto, bem como a capacidade da instituição em gerenciá-los de forma efetiva e prudente, discorrendo sobre a estrutura de abordagem para a gestão dos mesmos, em consonância com os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que o BANDES atua.

**NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO
DO RISCO OPERACIONAL**

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCI e Auditoria Interna - AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCI, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a autoavaliação dos riscos e controles internos.

**NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO
DO RISCO DE MERCADO**

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais - definido como perdas potenciais devido às mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES será mista, havendo "Títulos Mantidos até o Vencimento" e "Títulos disponíveis para a venda".

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCI e Auditoria Interna - AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (*Value at Risk*) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

**NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO
DO RISCO DE CRÉDITO**

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória/ES - Cep.: 29010-906 - CNPJ 28.145.829/0001-00

Demonstrações contábeis individuais do exercício social encerrado em 31/12/2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI, Comitê de Crédito - COCRE, Auditoria Interna - AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

NOTA 28 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez pelo Conselho de Administração - CONAD, pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI, Gerência Financeira - GEFIN e Auditoria Interna - AUDIT.

A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

NOTA 29 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital está sujeito à regulamentação do BACEN, e é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance - GERCI, Gerência de Controladoria - GECON e Gerência de Planejamento e Processos - GEPLA.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

Fator de Risco	Setembro/20			Dezembro/20		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Carteira Normal	1º percentil	99º percentil	Carteira Normal	1º percentil	99º percentil
Total da Carteira	313.033	314.411	311.739	362.105	363.620	360.609
Juros-Pré	103.581	104.067	103.130	362.105	62.462	61.919
Cupom de Taxas de Juros - TJLP	23.529	23.593	23.470	62.189	16.900	16.781
SELIC	183.589	184.407	182.815	16.840	281.985	279.657
Agregado das posições inferiores a 5%	2.333	2.344	2.323	280.814	19.173	19.033

NOTA 30 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO AMBIENTAL

Com o objetivo de minimizar os riscos relativos à responsabilidade socioambiental, o BANDES adota como regra somente realizar negócios com organizações e pessoas que estejam regulares quanto aos aspectos ambientais. O controle do risco socioambiental se dá por ações preventivas na análise das solicitações de financiamento, através da verificação da situação de regularidade ambiental do cliente/projeto, bem como pelo estabelecimento de cláusulas contratuais de cunho socioambiental, que visam resguardar o Banco quanto a eventuais infrações cometidas pelos tomadores de recursos ou seus prepostos ou, ainda, pelos prestadores de serviços terceirizados do BANDES. O processo de análise contempla também critérios de exclusão, que definem situações as quais, caso identificadas, impedem o BANDES de iniciar ou manter relação comercial com o cliente, e diretrizes para o acompanhamento da regularidade ambiental de projetos considerados como sendo de risco socioambiental mais relevante.

Adotamos estrutura de governança da responsabilidade socioambiental e gestão de riscos socioambientais compatíveis com o nosso porte, a natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA. Essa estrutura é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI) e Auditoria Interna (AUDIT).

NOTA 31 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE (EFEITO NA VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular BACEN nº 3.959/19, o BANDES realiza regularmente teste de sensibilidade somente na Carteira Banking, uma vez que não possui carteira trading. Adiante, estão demonstrados os fatores de riscos e possíveis variações, que poderão ocorrer no valor de mercado da carteira de crédito e em quanto seria necessário para afetar o patrimônio de referência - PR.

Fator de Risco Associado	Capital Alocável por fator de risco	Variação no Valor de Mercado das operações		Quantidade de Pontos-percentuais paralelos para impactar o PR		
		1º Percentil	99º Percentil	5%	10%	20%
R _{BAN}	16.640	-	-	-	-	-
Juros-Pré	5.018	274	(269)	12	30	203
SELIC	10.851	1.171	(1.157)	2	5	11
Agregado das posições inferiores a 5%	747	71	(70)	181	-	-

NOTA 32 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

b) Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de taxas de administração de fundos, análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	<i>R\$ mil</i>		
	2º Sem 2020	12.2020	12.2019
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	733	1.531	1.095
FUNDAF	19	73	38
FUNDEPAR	1.556	3.115	3.120
FUNDES	2.026	4.068	3.943
FUNDESUL	54	107	160
FUNDESUL-PK	364	727	731
FUNSAF	20	18	4
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	457	683	-
PSA FUNDÁGUA	575	1.118	1.710
FUNDO DE AVAL BANDES	300	350	-
FGP - ES	154	154	-
OUTRAS	518	829	376
Total	6.756	12.773	11.104

c) Despesas de pessoal

	<i>R\$ mil</i>		
	2º Sem 2020	12.2020	12.2019
Honorários	(1.256)	(2.496)	(2.176)
Benefícios (i)	(3.578)	(7.170)	(7.808)
Encargos sociais (ii)	(6.935)	(10.407)	(9.230)
Proventos (iii)	(13.649)	(22.525)	(19.383)
Treinamento	(5)	(20)	(241)
Bolsa auxílio estágio	(508)	(1.060)	(1.461)
Total	(25.931)	(43.678)	(40.299)

(i) Incluem plano de previdência complementar do tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL) com custeio paritário entre participante e patrocinador.

(ii) Englobam despesas com multa rescisória FGTS 40% do Plano de Desligamento Voluntário Especial PDVE 2020 no total de R\$ 1.723. (Nota 20.b).

(iii) Registram despesas com aviso-prévio e indenização de incentivo à adesão ao PDVE 2020 no montante de R\$ 1.337. (Nota 20.b).

d) Outras despesas administrativas

	<i>R\$ mil</i>		
	2º Sem 2020	12.2020	12.2019
Água, energia e gás	(360)	(695)	(773)
Aluguéis	(18)	(34)	(48)
Comunicações	(66)	(123)	(355)
Manutenção e conservação de bens	(390)	(889)	(1.107)
Material	(11)	(26)	(36)
Processamento de dados	(540)	(1.000)	(1.866)
Promoções/relações públicas	(70)	(94)	(531)
Propaganda e publicidade	(15)	(18)	(50)
Publicações legais	(30)	(97)	(132)
Seguros	(4)	(8)	(7)
Serviços de vigilância	(169)	(337)	(331)
Serviços do sistema financeiro	(269)	(563)	(728)
Serviços de terceiros	(255)	(362)	(328)
Serviços técnicos especializados	(980)	(1.790)	(2.537)
Transportes	(67)	(133)	(156)
Viagem no país/externo	(32)	(96)	(412)
Despesas com processos judiciais	(940)	(1.316)	(4.645)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.)	(124)	(305)	(596)
Amortização e depreciação	(677)	(1.343)	(1.332)
Total	(5.017)	(9.229)	(15.970)

e) Despesas tributárias

	<i>R\$ mil</i>		
	2º Sem 2020	12.2020	12.2019
PIS	(308)	(547)	(571)
COFINS	(1.894)	(3.368)	(3.513)
ISSQN	(461)	(826)	(639)
IPTU, Taxas	(32)	(73)	(66)
Total	(2.694)	(4.814)	(4.789)

f) Outras receitas operacionais

	<i>R\$ mil</i>		
	2º Sem 2020	12.2020	12.2019
Recuperações de encargos e despesas	1.297	2.385	1.326
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDV	359	1.003	4.154
Atualização monetária	-	-	618
Atualização juros BNDES/Pronaf	-	-	-
Atualização SELIC s/ tributos a compensar	18	80	377
Atualização depósitos judiciais	19	52	162
Outras rendas operacionais	1	591	1.887
Total	1.694	4.111	8.524

g) Outras despesas operacionais

	<i>R\$ mil</i>		
	2º Sem 2020	12.2020	12.2019
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.169)	(4.241)	(12.334)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI/PDVE*	(795)	(796)	(77)
Provisão para multas por inadimplência técnica	(1.541)	(1.541)	(4.773)
Outras despesas operacionais	(102)	(136)	(340)
Descontos Concedidos em renegociações	(48)	(116)	-
Despesas com utilização SISBACEN	(6)	(14)	(20)
Total	(5.661)	(6.844)	(17.504)

* Inclui R\$ 790 ref. provisões com os benefícios: alimentação, refeição, plano de saúde e odontológico, previstos no Plano de Desligamento Voluntário Especial - PDVE 2020. (Nota 20.b).

h) Resultado não operacional

	<i>R\$ mil</i>		
	2º Sem 2020	12.2020	12.2019
Resultado na alienação de valores e bens	(1.540)	(2.029)	(414)
Reversão de provisões de outros valores e bens	3.778	4.475	623
Outras rendas não operacionais	164	358	463
Desvalorização de outros valores e bens	(405)	(773)	(11.208)
Perdas em ações e cotas*	(94)	(172)	(284)
Despesas com bens não de uso	(32)	(149)	(263)
Total	1.871	1.710	(11.083)

* Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 - FIP (Nota 6) e Reversão de perdas em Cotas Finor (Nota 10).

i) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, em 31 de dezembro de 2020, foram apurados os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	21,40%	8,00%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA	21,40%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	21,40%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

j) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

k) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

l) Efeitos COVID-19

A Administração atenta a possíveis impactos nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2020 e futuros, provocados especificamente pelo “COVID-19”, tem monitorado permanentemente variações potenciais nos resultados de suas operações, e estudado medidas para atenuá-las, com atenção especial para as principais questões abaixo:

- Provisionamento de operações de créditos, por meio da reclassificação de clientes/grupos econômicos mais impactados em suas capacidades de pagamento, sempre com observância dos critérios previstos na Resolução CMN nº 4.577/2017, e outros normativos aplicáveis, que tratam do gerenciamento do risco de crédito;
 - Variações na Taxa Selic, que podem sensibilizar negativamente as receitas financeiras e taxas de juros das operações;
 - Diminuição em disponibilidades financeiras, pelo decréscimo no recebimento de prestações de financiamentos;
 - Suprimento de capital de giro para sustentar atividades econômicas básicas e dar fôlego financeiro aos clientes neste período conturbado;
 - Redução do volume de novos negócios provocada pela desaceleração da atividade econômica em geral;
 - Liberações de recursos no total de R\$ 107,6 milhões, aos setores mais impactados pela evolução da pandemia.
- Além disso, o banco tem adotado medidas preventivas para que sejam evitadas contaminações durante a jornada de trabalho de colaboradores, tais como: aferição de temperatura corporal, distanciamento social, higienização frequente de equipamentos e *home office*.

m) Resultados Recorrentes / Não Recorrentes

	12.2020	12.2019
Lucro Líquido Recorrente	32.142	(147.968)
Eventos Não Recorrentes	(3.850)	(61.235)
Despesas com programa de desligamento voluntário especial (PDVE)	(3.850)	-
Desreconhecimento contábil de ativo fiscal diferido	-	(61.235)
Lucro Líquido Contábil	28.292	(209.203)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Pires Dias – Presidente
 Munir Abud de Oliveira - Vice-Presidente
 Geraldo Lorencini
 Sandra Regina Pimenta

Leonardo Galazzi Zanotelli
 Paulo César Brusqui de Almeida
 Domingos Sávio Benincá

COMITÊ DE AUDITORIA

Rodolfo Amorim de Angelo
 Flávia Fardim Antunes Bringhami
 Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Rogélio Pegoretti Caetano Amorim
 Alberto Farias Gavini Neto
 Mário Stella Cassa Louzada

DIRETORIA EXECUTIVA

MUNIR ABUD DE OLIVEIRA
 Diretor-Presidente

IRANILSON CASADO PONTES
 Diretor de Administração e Finanças

MARIA EMILIA VIEIRA DA SILVA
 Diretora Operacional

LUIZ FERNANDO C. DE MELLO LEITÃO
 Diretor de Negócios

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS
 Contador CRC/ES 13.555/0-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos
Acionistas e aos Administradores do
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. – BANDES
Vitória – ES
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como

n) Pronunciamentos Técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.424/2015
41	Resultado por ação	3.959/2019
46	Mensuração do Valor Justo	4.748/2019

A Administração esclarece que a Instituição não está sujeita a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), por não se enquadrar nas disposições do artigo 10 da Resolução CMN nº 3.198/04.

O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES

as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade

com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Mudança na apresentação das demonstrações contábeis e correção de erros de períodos anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3-p, às demonstrações contábeis, a administração utilizou a faculdade concedida pelo artigo 23 de Resolução BCB nº 2/2020, e optou por reapresentar as contas do ativo e do passivo no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, com base em critérios de liquidez e exigibilidade. Para fins de comparabilidade, os itens do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019, antes segregados em circulante e longo prazo, foram reagrupados com base nos critérios de liquidez e exigibilidade. Adicionalmente, durante processo de conciliação das contas de previdência privada, foi constatada a falta de apropriações de despesas mensais com previdência complementar. Em contraponto, ao fato de que todas as contribuições patronais mensais do período encontravam-se regularmente quitadas. A partir desse processo, foi identificado o total de R\$ 3.377, acumulado até 2019, e sem o devido tratamento contábil no Balanço Patrimonial (despesas antecipadas), motivado pela falta de informações tempestivas que permitiriam o reconhecimento do crédito na época própria. Na sequência, foi verificado que as contribuições patronais do período estavam sendo compensadas com o referido crédito. Os efeitos da correção de erros em períodos anteriores estão demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício social de 2019 reapresentado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do BANDES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BANDES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BANDES;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BANDES. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BANDES a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
 AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 2 CRC/RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
 Contador 1CRC/RS 71.505/O-3 "T" SP
 Sócio Responsável Técnico